

Relatório da administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

No exercício de 2016 o Banco apresentou prejuízo de R\$ 16,5 milhões, decorrente basicamente de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 121,9 milhões sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 71,9 milhões.

Índice de Basileia

O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada,

tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 21,6%.

Gerenciamento de Risco

O Banco possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no site da instituição na internet, no endereço: <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Agradecimentos

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 27 de março de 2017.

A Diretoria.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2016 e 2015

Ativo	2016		2015		Passivo	2016		2015	
Circulante	10.547.635	8.993.098	Circulante	10.236.165	8.494.161	Depósitos	1.983.943	514.230	
Disponibilidades	41.174	8.574	Depósitos	470	7.762	Depósitos à vista	320.229	319.536	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.806.810	1.220.064	Depósitos interfinanceiros	1.663.244	186.932	Depósitos a prazo	72.536	-	
Aplicações no mercado aberto	2.541.291	1.099.999	Depósitos a prazo	72.536	-	Carteiras próprias	17.591	106.130	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	265.519	120.065	Carteiras próprias	17.591	106.130	Recursos em trânsito de terceiros	4.716.836	5.245.252	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.792.258	982.430	Relações interdependências	4.716.836	5.245.252	Obrigações por empréstimos	4.716.836	5.245.252	
Carteira própria	1.332.714	304.710	Recursos em trânsito de terceiros	17.591	106.130	Empréstimos no exterior	428.188	109.956	
Vinculados a compromissos de recompra	72.252	-	Obrigações por empréstimos	428.188	109.956	Instrumentos financeiros derivativos	428.188	109.956	
Vinculados à prestação de garantias	84.325	292.131	Empréstimos no exterior	428.188	109.956	Instrumentos financeiros derivativos	428.188	109.956	
Instrumentos financeiros derivativos	302.967	385.589	Outras obrigações	3.017.071	2.518.593	Outras obrigações	3.017.071	2.518.593	
Relações interfinanceiras	1.570	7.554	Carteira de câmbio	2.917.965	2.426.586	Fiscais e previdenciárias	25.531	46.977	
Créditos vinculados:			Fiscais e previdenciárias	25.531	46.977	Negociação e intermediação de valores	1.904	46	
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.443	7.456	Diversas	71.671	44.984	Diversas	71.671	44.984	
Correspondentes	127	98	Exigível a longo prazo	351.162	507.535	Exigível a longo prazo	351.162	507.535	
Operações de crédito	486.082	375.104	Depósitos	35.598	174.242	Depósitos	35.598	174.242	
Operações de crédito - setor privado	562.515	375.377	Depósitos a prazo	35.598	174.242	Depósitos Interfinanceiros	-	-	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(76.433)	(273)	Depósitos Interfinanceiros	-	-	Obrigações por empréstimos	-	195.210	
Outros créditos	5.419.254	6.398.857	Obrigações por empréstimos	-	195.210	Empréstimos no exterior	-	195.210	
Carteira de câmbio	5.381.379	6.321.420	Empréstimos no exterior	-	195.210	Instrumentos financeiros derivativos	7.639	69.336	
Rendas a receber	302	383	Instrumentos financeiros derivativos	7.639	69.336	Instrumentos financeiros derivativos	7.639	69.336	
Negociação e intermediação de valores	-	39.214	Outras obrigações	307.925	68.747	Outras obrigações	307.925	68.747	
Diversos	62.546	37.840	Carteira de câmbio	221.025	-	Carteira de câmbio	221.025	-	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(24.973)	-	Fiscais e previdenciárias	68.798	62.893	Fiscais e previdenciárias	68.798	62.893	
Outros valores e bens	487	515	Diversas	18.102	5.854	Diversas	18.102	5.854	
Despesas antecipadas	487	515	Resultados de exercícios futuros	5.956	7.002	Resultados de exercícios futuros	5.956	7.002	
Realizável a longo prazo	548.988	613.092	Resultados de exercícios futuros	5.956	7.002	Patrimônio líquido	505.546	599.792	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	92.276	101.796	Patrimônio líquido	505.546	599.792	Capital:			
Carteira própria	8.053	-	Capital:			De domiciliados no exterior	350.492	350.492	
Vinculados ao compromisso de recompra	504	-	De domiciliados no exterior	350.492	350.492	Reserva de capital	2.460	2.276	
Vinculados à prestação de garantias	75.212	97.718	Reserva de capital	2.460	2.276	Reserva de lucros	152.594	247.024	
Instrumentos financeiros derivativos	8.507	4.078	Reserva de lucros	152.594	247.024				
Operações de crédito	79.320	374.612							
Operações de crédito - setor privado	79.320	374.612							
Outros créditos	377.392	136.684							
Carteira de câmbio	215.900	-							
Diversos	161.492	136.684							
Permanente	2.206	2.300							
Investimentos	249	249							
Outros investimentos	249	249							
Imobilizado de uso	1.903	1.956							
Outras imobilizações de uso	12.294	11.794							
(-) Depreciações acumuladas	(10.391)	(9.838)							
Intangível	54	95							
Ativos Intangíveis	385	378							
(-) Amortização acumulada	(331)	(283)							
Total do ativo	11.098.829	9.608.490	Total do passivo	11.098.829	9.608.490				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2016

Eventos	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Capital		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	350.492	1.699	32.217	181.318	-	565.726	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	71.853	71.853	
Reserva legal	-	-	3.593	-	(3.593)	-	
Outras reservas	-	577	-	-	-	577	
Dividendos	-	-	-	29.896	(32.910)	(3.014)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(35.350)	(35.350)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	350.492	2.276	35.810	211.214	-	599.792	
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(16.536)	(16.536)	
Reserva estatutária	-	-	-	(61.520)	61.520	-	
Outras reservas	-	184	-	-	-	184	
Dividendos pagos	-	-	-	(32.910)	(32.910)	(32.910)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(44.984)	(44.984)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	350.492	2.460	35.810	116.784	-	505.546	
Saldos em 30 de junho de 2016	350.492	2.460	35.810	178.304	(3.712)	563.354	
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(12.824)	(12.824)	
Reserva estatutária	-	-	-	(61.520)	61.520	-	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(44.984)	(44.984)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	350.492	2.460	35.810	116.784	-	505.546	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas

do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge** de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- **Hedge** de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre/exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no período entre 01 de janeiro a 31 de agosto de 2015 e a partir de 01 de setembro de 2015 a 20%, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. A majoração da alíquota aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo

acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do "Value at Risk", aplicação de "Stress Testing" com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de stress, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo (PRM), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRM), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	41.174	8.574
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.806.810	1.099.999
Títulos e valores mobiliários	775.295	-
Total	3.623.279	1.108.573

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 2.541.291 (R\$ 1.099.999 em 2015) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2016			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado atualizado
Carteira Própria				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	775.294	548.195	8.053	1.331.542
Notas do Tesouro Nacional	9.225	-	-	9.225
Total	784.519	548.195	8.053	1.340.767
Vinculados à Recompra				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	-	72.252	504	72.756
Total	-	72.252	504	72.756
Vinculados à prestação de garantias				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	-	84.325	75.212	159.537
Total	-	84.325	75.212	159.537

Títulos e valores mobiliários	2015			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado atualizado
Carteira Própria				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	186.982	17.260	-	204.242
Total	186.982	17.260	-	204.242
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	100.468	-	-	100.468
Total	100.468	-	-	100.468
Vinculados à prestação de garantias				
Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	-	278.129	97.718	375.847
Notas do Tesouro Nacional	-	14.002	-	14.002
Total	-	292.131	97.718	389.849

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Os títulos privados encontram-se custodiados no Banco BNP Paribas Brasil S.A.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&FBOVESPA), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, BM&FBOVESPA ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2016			
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado atualizado
Ativo - Negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	64	84.556	4.949	89.569
Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	190.727	27.620	3.558	221.905
Totais por faixa de vencimento em 2016	190.791	112.176	8.507	311.474
Totais por faixa de vencimento em 2015	195.271	190.318	4.078	389.667
Passivo - Negociação				
Swaps				
- Moeda estrangeira	(28.228)	(3.049)	226	(31.051)
Mercado a termo				
- Moeda estrangeira	(159.403)	(236.439)	(7.865)	(403.707)
Outros	(1.069)	-	-	(1.069)
Totais por faixa de vencimento em 2016	(188.700)	(239.488)	(7.639)	(435.827)
Totais por faixa de vencimento em 2015	(83.758)	(26.198)	(69.336)	(179.292)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados, e cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	Futuros	Termo	Swap	Total
Negociação				
Moeda estrangeira	721.965	9.102.686	595.832	10.420.483
Taxa de juros	10.609.325	-	817.784	11.427.109
Hedge - risco de mercado				
Taxa de juros	105.351	-	-	105.351
Total 2016	11.436.641	9.102.686	1.413.616	21.952.943
Total 2015	8.461.239	6.107.218	1.619.376	16.187.833

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA, foram requeridas margens no valor de R\$ 159.536 (R\$ 389.849 em 2015), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até julho 2018. O item objeto de hedge representado por operação de crédito (cédula de crédito bancário) e possuiu vencimento em até agosto de 2018, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos da operação-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste Mtm
Instrumento de hedge			
Futuros - DI	(86.813)	(105.351)	(18.538)
Objeto de hedge			
Operações de crédito	86.000	100.408	17.964

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Base tributável	36.167	26.176	48.936	34.255
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	(5.425)	(5.235)	(7.340)	(5.138)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(3.593)	-	(4.870)	-
Redução de imposto por incentivos	507	-	594	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(8.511)	(5.235)	(11.616)	(5.138)
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	(731)	(309)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.511)	(5.235)	(12.347)	(5.447)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(34.661)	(34.661)	7.006	7.006
Provisões não dedutíveis temporariamente	127.359	122.437	(1.113)	(1.113)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	(9.991)	-	(14.681)
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	4.924	-	-
Outras diferenças temporárias	47.831	47.831	(60.894)	(60.894)
Base tributável diferida	140.530	130.541	(55.001)	(69.682)
Imposto de renda e contribuição social diferido	35.132	25.862	(13.750)	(8.850)
Ajuste de exercícios anteriores (a)	-	-	736	441
Imposto de renda e contribuição social diferido	35.132	25.862	(13.014)	(8.409)

(a) Ajuste referente a Futuros DDI do exercício de 2014.

19 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

	Ativo/(passivo)	Grau de relação	2016		2015	
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas		(470)	(7.762)		
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas		(275.198)	(319.356)		
Obrigações por operações compromissadas	Outras partes relacionadas		(72.536)	-		
Empréstimos no exterior	Controladora		(3.875.405)	(3.253.229)		
Outros créditos - câmbio	Controladora		1.439.078	915.086		
Outras obrigações - câmbio	Controladora		(1.498.566)	(1.343.259)		
Outras obrigações - diversas	Controladora		(420)	-		
Juros sobre o capital próprio	Controladora		(38.237)	(30.085)		
Receitas/(despesas)						
Resultado de câmbio	Controladora		(45.865)	(19.905)		
Outras receitas operacionais	Controladora/Outras partes relacionadas		20.798	15.868		
Despesas de depósitos a prazo	Outras partes relacionadas		-	(663)		
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas		(109)	(30)		
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas		(34.334)	(31.845)		
Resultado de empréstimos no exterior	Controlador		929.313	(753.272)		
Despesas com juros sobre o capital próprio	Controladora		(44.984)	(35.350)		

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 4.581 (R\$ 4.044 em 2015) de remuneração fixa, e de R\$ 2.271 (R\$ 1.928 em 2015) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance

Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local. No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 184 (R\$ 577 em 2015), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

20 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 672.973 (R\$ 623.133 em 2015).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do índice de Basileia era de 22,6% (19,9 % em 2015).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 790 (R\$ 639 em 2015).

d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 6.685 (R\$ 6.045 em 2015), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 2.696 (R\$ 2.459 em 2015), alugueis R\$ 3.787 (R\$ 3.581 em 2015), serviços técnicos especializados R\$ 5.204 (R\$ 3.851 em 2015), serviços de terceiros R\$ 1.790 (R\$ 2.732 em 2015), despesas com comunicação R\$ 987 (R\$ 1.107 em 2015) e despesa com manutenção e conservação R\$ 1.445 (R\$ 1.419 em 2015).

e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 20.798 (R\$ 13.678 em 2015), e atualização de depósitos judiciais R\$ 8.387 (R\$ 7.735 em 2015).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 4.841 (R\$ 4.424 em 2015).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 19 de fevereiro de 2016, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 27 de março de 2017

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8
<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>